

Importância e atualidade da Comuna de Paris de 1871*

Silvio Costa**

Resumo: A Comuna de Paris de 1871 foi a primeira experiência de governo proletário da **história**. Mesmo ocorrida há 140 anos, ela continua atual, e seu estudo e conhecimento, associados aos de outras revoluções, contribuem para desnudar conhecidas e velhas falácias de fim da história. A experiência da Comuna de Paris permite ao proletariado compreender que não só é possível, mas é um dever fundamental e um direito lutar por seus ideais de liberdade, igualdade e fraternidade, que continuam presentes e é a seiva que levará à construção de uma nova sociedade.

Palavras-chave: Comuna de Paris, luta de classes, revolução, poder proletário, socialismo, política.

Abstract: The 1871 Paris Commune was the first experience of proletarian government in the history. Even though it happened 140 years ago, it is still relevant. Studying it together with other revolutions can contribute to reveal misconceptions about the end of history. The experience of the Paris Commune makes possible for proletariat understand that struggle for ideals of liberty, equality and fraternity, is not just possible, but it is an obligation and a fundamental right. This ideals continue to be present and are the sap which will lead to the building of a new society.

Key words: Paris Commune, class struggle, revolution, power of the proletariat, socialism, politics.

* Uma versão sintética deste artigo será publicada na revista *Princípios*, março/2011.

** **SILVIO COSTA** é professor de Sociologia, Ciência e Teoria Política na Pontifícia Universidade Católica de Goiás. É autor entre outros, do livro *Comuna de Paris: o proletariado toma o céu de assalto*. (Editoras Anita Garibaldi/PUC-Goiás).

A primeira década deste Século demonstra, de forma cada vez mais evidente, as contradições e o estertor do projeto civilizatório burguês. A recente crise econômico-financeira que eclode a partir do centro do *império*, manifesta-se em suas diferentes dimensões e de forma contundente em diversos países, seja através do processo recessivo, seja por meio do número de desempregados, que atinge diversos países principalmente os EUA e a União Européia, seja pelas recentes revoltas que se alastram pelo *mundo árabe* (Tunísia, Egito, Argélia, Líbia, Bahrein, etc.), golpeando mortalmente a *era das ditaduras*, que atingiu diferentes continentes a partir dos anos de 1960/70.

Neste contexto, estudar e conhecer com maior profundidade as experiências revolucionárias que marcam o processo de emancipação do proletariado e dos povos oprimidos assume grande atualidade e urgência. Neste ano, ao comemoramos os 140 anos da tentativa do proletariado de Paris, que segundo Marx, *tentou tomar o céu de assalto*, nos possibilitará a oportunidade de analisarmos criticamente essa primeira experiência de governo proletário da história da humanidade.

Analisando as últimas décadas da História mundial é possível perceber que as tentativas de implantação do ideário neoliberal, de impor a falácia de que chegamos ao "fim da História", que a barbárie é sinônima de democracia, liberdade e é o objetivo e fim último do desenvolvimento social, não se consolida. Esses mistificadores afirmam não haver alternativas viáveis ao livre



mercado, ao "reino" da mercadoria. Mas, em que pesem seu poderio e suas pressões, não encontram campo fértil em importantes parcelas da população, que não se submetem às tentativas de

imposição da barbárie.

As experiências das revoluções proletárias, qualquer que seja a avaliação sobre seus resultados, seus erros e acertos, nos permitem afirmar que, do ponto de vista da construção de uma sociedade igualitária e fraterna, ainda são revoluções incompletas e apresentam uma série de problema e debilidades. Isso porque as revoluções não são provocadas por fatores fortuitos, pela vontade subjetiva de alguns líderes, independente do processo histórico real. As revoluções não são fatos produzidos artificialmente, como resultados de desejos individuais; são sim, produzidas a partir das modificações econômicas, sociais, políticas, culturais, que aprofundam as contradições inerentes ao próprio desenvolvimento das sociedades, e quando parcela significativa da população entende que não é mais possível continuar vivendo sob a ordem existente e que é necessário transformá-la.

Os antecedentes da insurreição

Acontecimentos dramáticos antecedem e anunciam a insurreição parisiense contra o capitulacionismo frente as tropas que ocupavam a França. Essa revolta transforma-se em revolução social, de caráter proletário-popular, conhecida como *Comuna de Paris de 1871*, que marca com heroísmo e sangue o período compreendido entre

18 de março e o desfecho trágico a 28 de maio, quando do massacre dos últimos *communards*.

Os antecedentes imediatos à deflagração da *Comuna de Paris* ocorrem a partir de 1º de setembro de 1870 com a derrota francesa para os prussianos na Batalha de Sedan e prisão de Napoleão III, que havia construído o II Império a partir de 1851, quando do golpe de Estado denominado por Marx, o *18 Brumário de Luís Bonaparte*. A 4 de setembro, as tropas prussianas iniciam a ocupação da França e marcham rumo a Paris.

Estando o país sem um governo legítimo, são criadas condições para que a população de Paris dê início a uma insurreição popular e a proclamação da República. Imediatamente, através de hábeis articulações políticas entre republicanos e monarquistas, é formado um Governo Provisório. Porém, esses acontecimentos não são resultantes e não significam uma vitória das classes populares, muito menos a desestruturação do Estado burguês, pois o governo provisório é composto majoritariamente por monarquistas e, em parte, por republicanos conservadores.

A dubiedade e as vacilações do Governo Provisório frente aos invasores, permite as classes populares a pressioná-lo e obrigá-lo a entregar armas à populares, o que, nesse momento, significa armar o proletariado. A situação contraditória e o vazio político e militar, cria a necessidade e as condições para que a Guarda Nacional passe a assumir papel destacado na organização da resistência. A 19 de setembro de 1870, as tropas prussianas cercam Paris, enfrentam heróica resistência e não conseguindo ocupá-la, a cerca.

O Governo nega-se a organizar a resistência, assume posições dúbias e capitulacionistas. Entretanto, Paris não aceita essa capitulação, opta por resistir e lutar, reivindica eleições e a instalação da *Comuna*. Porém, essa primeira tentativa insurgente fracassa em decorrência da falta de organização, de decisões rápidas, pela inexistência de lideranças e organizações políticas reconhecidas e respeitadas. O Governo consegue impor-se, prender cerca de 60 insurgentes e passar a repressão. Contudo, o proletariado não se intimida, passa a organizar a resistência e por iniciativa popular, as prisões são invadidas e libertos os prisioneiros políticos. Frente a necessidades organizativas prementes, é iniciada a organização do poder proletário independente do Governo Provisório, que avançava em sua pretensão de capitular às tropas inimigas. Nestes embates vão surgindo e se afirmando lideranças proletárias entre as classes trabalhadoras.

As tropas prussianas frente as divergências entre o governo provisório e o proletariado de Paris, a explicitação aberta da luta de classes, aceitam o armistício estabelecendo como condição a realização imediata de eleições, a formação de uma Assembléia Nacional e de um governo com "legitimidade" para assinar a rendição, o desarmamento da Guarda Nacional e a ocupação dos fortes de Paris pelas tropas invasoras. A Guarda Nacional frente a possibilidade de início de uma guerra civil, para evitá-la, recuam, acatam termos do armistício e permitem a entrada de tropas prussianas e a ocupação de parte de Paris.

Eleições como farsa

As eleições são realizadas em tempo exíguo e conduzida de forma profundamente antidemocrática, que associadas ao cerco de Paris, permite plena liberdade de ação e condições extremamente favoráveis aos conservadores e reacionários que desenvolvem volumosa campanha de calúnias contra os republicanos radicais, os socialistas e o proletariado parisiense.

A Assembléia Nacional eleita é composta predominantemente por conservadores, que temendo a revolta parisiense, reúne-se primeiro em Bordeaux e depois em Versalhes e escolhe Thiers como chefe de governo com a tarefa de acertar as condições da rendição da França à Prússia.

Os parisienses, que procuravam organizar seu próprio governo, propõe à Assembléia Nacional e ao Governo em Versalhes uma negociação e fazem duas reivindicações: autonomia de Paris, com direito de eleger seus representantes e governantes e a não efetivação da rendição incondicional.

A 10 de março de 1871, a Assembléia Nacional não aceita negociar e em atitude provocativa, transfere formalmente, a Assembléia e o Governo para Versalhes. A represália e a intransigência demonstrada provocam em contrapartida, o crescimento das idéias revolucionárias e a cada dia, o proletariado conquista novos apoios, amplia seu arsenal e fortalece a defesa da cidade. Thiers compreende que é chegado o momento de organizar as condições necessária à ocupação militar de Paris e para tal,, estabelece negociações com Bismarck e consegue a libertação de soldados franceses aprisionados durante a guerra.

A 18 de março, as tropas sob ordens de Thiers passam à ofensiva. Ocupam na madrugada, as colinas de Montmartre, mas são surpreendidos por populares que não aceitam a retirada dos canhões. Frente ao impasse e a irredutibilidade popular, o general comandante das tropas, ordena, por duas vezes, aos soldados abrirem fogo sob a multidão, que não se intimida. Frente ao impasse, os soldados confraternizam-se com a população, prende e fuzila o comandante. Comuna eram impregnados pelo machismo, como muitos proudonianos

É importante destacar que as mulheres assumem destacado papel no desenrolar do processo de lutas da Comuna. Foram elas que

“se colocaram à frente da cena, desde o dia 18 de março. Não somente as mulheres eram muito ativas nos clubes, mas criaram o primeiro movimento feminino de massas. (...) Os obstáculos eram numerosos: a ‘falocracia’ milenar e, mais próximo àquele período, o proudonismo, que pregava a manutenção da mulher no lar. Imaginem bem, os próprios eleitos da Comuna eram impregnados pelo machismo, como muitos proudonianos. Mas é o movimento das mulheres, a ação das mulheres, a democracia direta que levará a Comuna a constituir uma etapa importante na direção da emancipação das mulheres. Dou alguns exemplos: desenvolveu-se a instrução feminina, até então inexistente, inclusive nem áreas técnicas; instituiu-se a noção de que ‘a trabalho igual, corresponde salário igual’ – não sei como é no Brasil, mas na França isto está longe de ser realidade até hoje; as concubinas passaram a ter os mesmos direitos das mulheres casadas e os filhos naturais eram considerados iguais em direito aos

filhos dos casais legítimos. Na França, foram necessários mais de 120 anos para que se voltasse a obter estatutos semelhantes; aboliu-se a prostituição com a exploração comercial de criaturas humanas por outras criaturas humanas.” (WILLARD, 2001, p. 19-20)

A partir desse acontecimento, rompida qualquer possibilidade de negociação com o Governo de Versalhes, a Guarda Nacional passa a ocupar Paris.

A revolta contida até aquele momento explode com acentuado conteúdo revolucionário, estabelecendo uma luta encarniçada entre dois campos de classes e duas concepções de sociedade: de um lado, o proletariado e diferentes segmentos populares, passam a resistir e a não aceitar a capitulação e ao, tentar conquistar uma República *social*, paga com seu sangue e sua vida a ousadia de *tentar tomar o céu de assalto*. Por outro lado, os conservadores e reacionários tentam através da luta contra Paris, destruir toda e qualquer possibilidade de superação da sociedade de privilégios, baseada na exploração e opressão.

O Comitê Central da Guarda Nacional assume o governo de Paris, e declara todos os poderes provisórios até a realização das eleições para formação do Conselho da *Comuna*. Porém, com a intenção de evitar a guerra civil já iniciada, comete um grave erro ao não marchar e derrotar Versalhes já no primeiro momento quando o governo ainda não se encontrava preparado para enfrentar uma guerra contra Paris. Ao contrário, possibilitam a continuidade da ação política dos reacionários, inclusive a participarem no processo eleitoral.

Na Paris rebelde, que mesmo em duras condições de sobrevivência – fome, desemprego, bombardeios sistemáticos, etc. –, permite a mais ampla liberdade.

É estabelecido um clima de criatividade, felicidade, solidariedade e congratulações e a perspectiva de conquista de uma nova sociedade, cria a felicidade de viver. Estas condições amplamente democráticas permitiram não só o trabalho de construção de relações solidárias, mas permite também a livre ação para os sabotadores. Inclusive os jornais monarquistas circulam em Paris, atacando a *Comuna* e disseminando a perfídia.

Após as eleições e ao assumir o poder, o Conselho da *Comuna* não consegue colocar em funcionamento as instituições político-administrativas herdadas do antigo regime. Isto porque as mesmas haviam sido organizadas, adquiriram e expressavam o poder do capital sobre o trabalho e no fundamental, não correspondiam somente à organização de caráter administrativo, mas era fundamentalmente uma máquina voltada para a manutenção do despotismo de classe. Estes fatos demonstram para os *communards* a impossibilidade de apoderar-se e colocar em funcionamento o antigo aparato estatal e a necessidade de novas instituições, de organizar um *novo tipo de Estado*.

A organização de um novo tipo de Estado

A primeira iniciativa do Conselho da *Comuna* foi dissolver o Exército regular, substituindo-o pela Guarda Nacional democrática, ou seja, pelo povo armado. Os acessos às posições de direção e de comando, a exemplo de todos os outros cargos, seriam ocupados através de eleições por voto universal e com mandato imperativo.

O Conselho da *Comuna*, coordenado por uma Comissão Executiva, possui

atribuições executivas e legislativas, cabendo a ele sancionar as leis e assumir a responsabilidade por sua aplicação. Assim, a implementação das decisões é atribuição dos membros do Conselho da Comuna, que divididos em comissões devem prestar contas ao Conselho sobre o desempenho das diferentes atividades que lhes são atribuídas: Exército; Justiça; Segurança Geral; Superior de Contabilidade (finanças); Abastecimento; de Instrução Pública; de Saúde Pública; Trabalho e Comércio; Relações Exteriores; Serviços Públicos.. (MARTORANO, 2001, p. 76)

A Magistratura é reconstituída através de eleições para os cargos nos tribunais civis. Organizam-se as Cortes de Justiça e são designados os Juizes de Paz e de Instrução. A assistência jurídica é assegurada gratuitamente para os casos considerados urgentes. A manutenção da ordem pública é garantida pela população em armas. É instituído o Estado laico e a Igreja, enquanto instituição, é desvinculada do Estado. Várias igrejas e conventos são transformados em clubes populares.

A *Comuna* respeita a propriedade privada e confisca só as daqueles que haviam abandonado Paris. Diversas residências abandonadas são utilizadas, provisoriamente, por vítimas dos bombardeios. A todos aqueles que haviam permanecido na cidade, é garantido o controle de todas suas propriedades e é concedida a moratória das dívidas.

Segundo Marx,

“A Comuna pretendia abolir essa propriedade de classe que converter o trabalho de muitos na riqueza de uns poucos. A Comuna aspirava à expropriação dos expropriadores. Queria fazer da propriedade individual uma realidade,

transformando os meios de produção, a terra e o capital, que hoje são fundamentalmente meios de escravização e de exploração do trabalho, em simples instrumentos de trabalho livre e associado. (...) A classe operária não esperava da Comuna nenhum milagre. Os operários não têm nenhuma utopia já pronta para introduzir ‘par décret du peuple’. Sabem que para conseguir sua própria emancipação, e com ela essa forma superior de vida para a qual tende irresistivelmente a sociedade atual, por seu próprio desenvolvimento econômico, terão que enfrentar longas lutas, toda uma série de processos históricos que transformarão as circunstâncias e os homens. Eles não têm que realizar nenhum ideal, mas simplesmente libertar os elementos da nova sociedade que a velha sociedade burguesa agonizante traz em seu seio.” (MARX, 1977, p. 203)

O sistema educativo é reestruturado. O ensino passa a ser laico e obrigatório, sendo assegurado o caráter científico das várias disciplinas. Criaram-se escolas profissionais e é elaborado um plano para a criação de berçários e jardim-de-infância. Foi criada a Associação Republicana das Escolas, com o objetivo de estimular o conhecimento científico e a formação política. Ao nível de cultura, surge a Federação dos Artistas; reorganiza-se a Academia de Belas Artes e são criadas escolas comunais de artes. Os teatros e as bibliotecas são colocados sob o controle das diferentes associações populares.

O exercício das liberdades democráticas foi assegurado indistintamente à todos, inclusive aos simpatizantes de Versalhes e mesmo os prisioneiros e reféns, tinham a liberdade de mandar vir de fora sua alimentação, roupas, livros,

jornais e para receber visitas. A solidariedade e a idéia de humanidade são colocadas acima das divergências. Foi decretado que toda detenção deveria ser precedida de uma ordem judicial e ser comunicada imediatamente ao Delegado da Justiça. Os ultrajes seriam castigados e as pessoas responsáveis, destituídas e submetidas a processo. São asseguradas amplas liberdades individuais e de defesa aos acusados e prisioneiros. Proliferam diferentes organizações populares e sindicais, as seções da *Internacional* e de clubes revolucionários. A representação corporativa dos trabalhadores fica a cargo das Câmaras Sindicais. As distintas concepções de mundo, identificadas com o proletariado, se expressam livremente, possibilitando inclusive, a livre ação aos sabotadores, o que cortam linhas de comunicação e explodem fábricas. A direção do Banco francês, com liberdade de ação, financia a Contra-Revolução. Mas, em conseqüências dessas ações, em meados de abril, a *Comuna* decide não permitir a continuidade das atividades dos sabotadores e a proibir a circulação dos jornais monarquistas.

Em síntese, a relação, configuração e a existência de uma democracia de novo tipo são explicitadas pelas iniciativas assumidas pela Comuna:

“eleição, não só para os cargos governamentais, como também para os cargos militares, administrativos e judiciários do Estado; mandato imperativo, revogável a qualquer momento pelos eleitores; dissolução do Exército permanente e criação de uma milícia operária; transferência de inúmeras outras tarefas do Estado para a população trabalhadora organizada; salário dos funcionários públicos não superior ao salário médio dos operários (a Comuna foi o ‘governo

mais barato’ da história). São essas e outras medidas que configuravam a democracia de novo tipo, que combinava democracia representativa com democracia direta, e representava o início do processo de extinção da burocracia e do próprio aparelho de Estado, como aparelho especial colocado acima da sociedade.” (BOITO Jr., 2001. p. 62).

A reação passa à ofensiva e impõe o terror

A reação do governo de Thiers contra os revolucionários passa a ser desenvolvida com grande violência e seu objetivo é eliminar, por um longo período, toda e qualquer tentativa de oposição mais radical. A violência contra-revolucionária demonstra que, na defesa e manutenção da ordem burguesa, estão dispostos a cometer as maiores atrocidades.

Thiers assina, em 10 de maio de 1871, o Tratado de paz com Bismarck, através do qual a França “concede” à Prússia as províncias de Alsácia e Lorena e compromete-se a pagar cinco bilhões de francos em ouro, na qualidade de "contribuição de guerra" e em contrapartida, seriam libertos 60 mil soldados franceses, permitindo a reação organizar um efetivo militar de 170 mil. A tropa é bem alimentada, vestida, isolada de contato com o exterior e imposta rígida disciplina. Isto permite a reorganização militar da reação e sua concentração no ataque a Paris.

O fato inédito de que, na mais tremenda guerra dos tempos modernos, o exército vencedor e o exército vencido confraternizem na matança comum do proletariado não representa, como pensa Bismarck, o esmagamento definitivo da nova sociedade que avança, mas o desmoroamento completo da sociedade burguesa. A

empresa mais heróica de que é ainda capaz a velha sociedade é a guerra nacional. E fica provado agora que é ela uma pura mistificação dos governos, destinada a retardar a luta de classes, e da qual se prescinde logo que essa luta eclode sob a forma de guerra civil. A dominação de classe já não pode ser disfarçada sob o uniforme nacional; todos os governos nacionais são um só contra o proletariado! (MARX, 1977, p. 215)

No dia 21 de maio é dado início ao ataque final sobre Paris. Começava assim, o que ficou conhecido como *Semaine sanglant*, quando se disputou em violentas batalhas, cada palmo de rua e barricada. O proletariado construía uma barricada após outra e as defendia com grande heroísmo. A tomada de posse pelas tropas da reação de cada rua, cada casa, cada barricada, só é possível depois de violenta luta. Em grande inferioridade, os rebeldes não se rendem. Resistem valentemente em uma batalha desigual, tombando crivados pelas balas inimigas. As tropas francesas encontraram maior resistência e heroísmo nos bairros operários, inclusive defendidos com a participação de grande número de mulheres e jovens.

No dia 27 de maio, as tropas a serviço do governo de Thiers ocupam a barricada operária de Belleville. Os aproximadamente 200 revolucionários que ainda lutavam no cemitério de Péré Lachaise são cercados e implacavelmente aniquilados. Ao finalizar o dia, um pequeno grupo de sobrevivente é sitiado e fuzilado aos pés da parede do cemitério.

A última barricada operária a resistir é a da *rue de Ramponneau*. Esta última trincheira da liberdade cai em poder das tropas de Thiers no dia 28 de maio. Mas, a vitória definitiva só se

consumaria no dia 29, quando são disparados os últimos tiros. O Forte de Vincennes é ocupado e fuzilados 9 revolucionários.

As tropas vitoriosas militarmente começam a mais violenta repressão e instalam o terror, não só contra os *communards*, mas contra a população. A simples suspeita e a delação de algum funcionário representa condenação à morte. A fúria ensandecida transforma-se em alavanca e justificativa para as execuções sumárias. Líderes da Insurreição são atados, arrastados pelas ruas da cidade, golpeados, insultados e assassinados. 30 mil revolucionários são sumariamente fuzilados e mais de 40 mil são jogados nas prisões ou deportados para diversas colônias e condenados a trabalhos forçados e um número expressivo destes, vítimas de enfermidades e de duras condições de sobrevivência, são levados à morte.

A Vitória da contra-revolução monarquista e burguesa leva Thiers, um historiador alheio à dinâmica da luta de classes, a proferir, de forma arrogante e a-histórica, a célebre frase: “O socialismo está acabado por muito tempo.” (LISSAGARAY, 1991, p. 292).

Grande equívoco!

Ao contrário, o socialismo e o comunismo, derrotados militar e momentaneamente na França, logo após se afirma em outros países do continente, iniciando com a Revolução Russa a *Era das Revoluções Socialistas*. Inclusive, mais recentemente, as débâcles da URSS e do Leste Europeu não significaram a inviabilidade de construção dessa nova sociedade. Ao contrário, essas experiências juntamente com a da Comuna de Paris de 1871, constituem um manancial inesgotável, que submetidas a análises rigorosas de seus erros e acertos, possibilitam extrair

importantes ensinamentos que nos permitem reafirmar a existência de possibilidades reais de superação do militarismo e da barbárie capitalista.

No decorrer deste ano, ocorrerão, por todo país, inúmeros seminários, conferências e publicações analisando o legado da *Comuna de Paris de 1871*. Esses debates e publicações são imperdíveis. Se for de seu interesse, procure-os.

Referências

BOITO Jr, Armando (org.). **A Comuna de Paris na História**. São Paulo: Xamã, 2001.

COSTA, Silvio. **Comuna de Paris: o proletariado toma o céu de assalto**. São Paulo / Goiânia : Anita Garibaldi / Universidade Católica de Goiás, 1998.

ENGELS, F. Introdução a “Guerra civil na França. In MARX e ENGELS (1977): **Textos 1**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1977.

LÊNIN, V. I. **O Estado e a Revolução**: o que ensina o marxismo sobre o Estado e o papel do

proletariado na Revolução. São Paulo: Hucitec, 1987.

LISSAGARAY, Hippolyte Prosper-Olivier. **História da Comuna de 1871**. São Paulo: Ensaio, 1991.

MARTORANO, Luciano Cavini. Elementos do Estado socialista na Comuna de Paris. In: BOITO Jr, Armando (org.). **A Comuna de Paris na História**. São Paulo: Xamã, p. 67-79, 2001.

MARX, Karl. **A guerra civil na França**. In MARX e ENGELS (1977): **Textos 1**, 3 Vol. São Paulo: Alfa-Ômega. 1977.

MOURA, Clovis. Paris, 1871: Revolução e Contra-Revolução. In **Princípios**. São Paulo: Anita Garibaldi, maio-julho, nº 21, 1991.

RUY, José Carlos. O socialismo está morto. Viva o socialismo!. In **Princípios**. São Paulo: Anita Garibaldi, maio-julho, nº 21. 1991.

SAES, Décio. **Estado e democracia: ensaios teóricos**. Campinas, São Paulo : IFCH / Unicamp, 1994. (Col. Trajetória 1).

WILLARD, Claude. História e vigência da Comuna de Paris. In: BOITO Jr, Armando (org.). **A Comuna de Paris na História**. São Paulo: Xamã, p. 15-28, 2001.